

# TRT: resposta decepciona na negociação da Greve

O SINTRAJUSC fará Assembleia dia 11 de novembro, terça-feira, às 17 horas, na rampa do TRT, tendo como uma das pautas a negociação dos dias/horas paradas na Greve pelo reajuste salarial. Na negociação com a Administração do TRT-SC, o Sindicato reivindicou o abono dos dias/horas parados, mas a resposta, enviada no dia 4, foi decepcionante.

Apesar de afirmar que todo o serviço já foi colocado em dia e que não houve prejuízos com a Greve, a Administração do Tribunal decidiu pela compensação de horas, cabendo aos superiores hierárquicos autorizar a compensação, controlar e informar sobre o efetivo cumprimento da jornada extraordinária.

Com base na famigerada Resolução 86/2011 do CSJT, que “dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados em caso de paralisação do serviço por motivo de greve no âmbito do Conselho e da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus”, a Administração “concedeu” aos servidores uma “possibilidade”, a de ressarcir o valor correspondente às horas não-laboradas.

No TRT-RS, a negociação com a Administração se deu de forma muito mais favorável aos servidores, que fizeram Greve para lutar pelo seu reajuste. No estado

vizinho, foi acordada a recuperação do trabalho acumulado, sendo que, nas unidades onde não houve acúmulo de trabalho em função do movimento, a recuperação será feita em plantões, de acordo com a necessidade.

Destacamos que a Administração do TRE-SC também teve outra postura, ao considerar não haver necessidade de reposição de horas ou de serviço, ou, ainda, o desconto dos dias/horas paradas, porque o trabalho foi colocado em dia após a Greve.

Como a resposta veio por mero ofício, a Coordenação do SINTRAJUSC está requerendo uma nova reunião para negociar com o presidente. Já chega de más notícias para os servidores da Justiça do Trabalho catarinense! É PJe-JT que não funciona direito e adoece os servidores, é lotação cada vez mais espremida, metas e mais metas, tudo na “fórmula mágica” e neoliberal de fazer mais com menos. Não bastasse isso, ainda não garantimos o nosso reajuste e não vemos, por parte da Administração do TRT, um movimento mais forte para pressionar os Conselhos Superiores em relação à aprovação do nosso projeto de lei.

Essa situação toda será exposta na carta que o Sindicato irá entregar aos participantes do Encontro Na-

## **ASSEMBLEIA GERAL**

### **11 de novembro, terça, 17 horas, na rampa do TRT**

cional do Poder Judiciário, que será nos dias 10 e 11 de novembro (segunda e terça) no Centro de Eventos da Associação Catarinense de Medicina (ACM), em Florianópolis.

Durante o evento, os presidentes dos 91 tribunais brasileiros, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), vão estabelecer as metas do Judiciário para 2015, de acordo com os chamados “macrodesafios” do Poder Judiciário para o período de 2015 a

2020. Será uma oportunidade para apresentarmos nossas demandas e reivindicar empenho dos presidentes para a aprovação do Projeto de Lei 7920/2014, que trata do reajuste da categoria e que já foi encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), depois de ter sido aprovado (leia abaixo) por unanimidade e sem emendas pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). Mas fundamentalmente vamos denunciar aos participantes do evento

que as suas metas, regime de lotações restritas e o seu desastroso PJe-JT estão causando adoecimento da categoria, bem como sucateando os serviços prestados pelo Judiciário.

O Sindicato convida os servidores a participarem da entrega desse documento. Haverá transporte para o local do evento ao meio-dia na frente da rampa do TRT. Os interessados devem entrar em contato nessa sexta-feira com o Sindicato (48-3222-4668).

## STF diz que "ainda não conseguiu falar" com o governo

O governo e o STF ainda não voltaram a se reunir para negociar possíveis recursos para os projetos salariais do Judiciário Federal, informou a servidores o diretor-geral do tribunal, Amarildo Vieira.

A prometida negociação, na qual o Ministério do Planejamento apresentaria uma contraproposta, chegou a ser sinalizada pelo governo e pelo Supremo para acontecer antes do segundo turno das eleições, o que jamais ocorreu.

A representantes da Fenajufe recebidos por ele na tarde da quarta-feira (5), o diretor do STF disse que o ministro Ricardo Lewandowski reafirmou que não aceitará negociar recursos para o projeto salarial dos juízes em separado do reajuste dos servidores.

Não se discutiu, no entanto, o que acontecerá caso o Congresso Nacional aprove apenas o projeto que aumenta os subsídios dos magistrados. Os dois projetos passaram pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (Ctasp) na própria quarta-feira (5),

a primeira das três pelas quais eles vão tramitar na Câmara.

O representante do Supremo disse que não havia sequer conseguido falar com o secretário de Relações do Trabalho do Planejamento, Sergio Mendonça, para tentar marcar uma nova reunião com o governo. Disse ainda que não há, até o momento, qualquer contraproposta do governo Dilma (PT).

“Defendemos que ele pressione Lewandowski para que as negociações aconteçam e ele ficou de conversar com [o ministro]”, disse Eugênia Lacerda, da coordenação da Fenajufe, que integrou a comissão que participou da reunião. Sem nada de concreto até o momento, avaliou, os servidores devem estar prontos para novas mobilizações para pressionar o governo Dilma, o Congresso e o STF a buscarem uma solução para a enorme defasagem salarial que a categoria enfrenta – e evitar eventuais saídas que atendam apenas aos magistrados.

A CTASP aprovou na quarta o

projeto do STF que reajusta os salários dos servidores do Judiciário Federal. A votação ocorreu sob a pressão de servidores que compareceram à sessão. O texto foi aprovado sem emendas.

Agora a proposta vai para a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, onde o governo costuma bloquear propostas com as quais não tem acordo. A aprovação ocorre menos de uma semana após a ministra Rosa Weber, do STF, determinar que o Congresso Nacional considere e aprecie a proposta orçamentária original do Poder Judiciário Federal e do MPU, na ação movida pela Procuradoria-Geral da República. A proposta de orçamento prevê recursos para os projetos salariais.

A decisão dos deputados da CTASP, embora positiva, deve ser contextualizada num cenário no qual ainda não há qualquer acordo entre o governo Dilma Rousseff (PT) e o STF sobre as questões salariais que envolvem o setor. *Por Hélcio Duarte Filho - Sintrajud*

**Servidores da JT: estão no site do Sindicato os modelos de defesa administrativa para contestar os descontos do PSSS**

**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668 - [imprensa@sintrajusc.org.br](mailto:imprensa@sintrajusc.org.br) - [www.sintrajusc.org.br](http://www.sintrajusc.org.br) Produção: Miriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 1.000 exemplares